

**Política**  
 LEGISLATIVO

# E como fica esta proposta de moralização?

A "tucana" Beth Azize desafia seus pares e espera uma resposta dos líderes partidários à sua proposta de criação de uma frente de moralização do Congresso.

A deputada Beth Azize (PSDB-AM) encaminhou ontem aos líderes partidários um manifesto solicitando a indicação de um parlamentar do partido para compor a frente de moralização — uma espécie de corregedoria dentro do Congresso Nacional. "Em princípio, posso indicar até 200 parlamentares, todos estamos interessados no assunto", respondeu o líder do PMDB, Ibsen Pinheiro.

"Temos que cobrar da Mesa autoridade na ordenação dos trabalhos da Casa e do plenário", jus-

tificou Beth. É preciso organizar a pauta de votações e até descobrir quantos são e o que fazem os funcionários da Câmara". Beth alega que há dois anos pede uma relação dos funcionários e a lotação de cada um deles e nunca obteve uma resposta. "Como podemos cobrar moralidade da administração pública, se não a tivermos no Legislativo?"

O deputado José Genoíno (PT-SP) decidiu propor ao PT e depois apresentar ao Congresso Nacional o mesmo projeto de decreto



Beth Azize (PSDB-AM)

legislativo submetido ao exame da Câmara pelo deputado Geraldo Alckmin (PSDB-SP), que suspende o último reajuste de 30% dado ao funcionalismo público e estendido automaticamente aos parlamentares.

Como há dúvidas regimentais se o projeto de decreto legislativo deve ser aprovado pelo Congresso Nacional ou por cada Casa em separado, Genoíno atendeu a um pedido de Alckmin e quer levar o mesmo projeto ao Congresso. "Tivemos dois reajustes em um espa-



Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP)

ço de tempo muito curto. Não é justo" admite Genoíno.

"Esse é o preço da democracia. É isso ou ditadura." Essa foi a explicação que o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, deu para o fato de os salários dos parlamentares terem sido reajustados duas vezes em menos de uma semana. A declaração foi feita durante uma entrevista que o senador concedeu ontem pela manhã à **Rádio Globo** do Rio, quando o radialista Francisco Barbosa entrevistava o relator do projeto do novo salário mínimo, sobre



Ibsen Pinheiro (PMDB-RS)

a diferença entre o que ganha um trabalhador e o que os parlamentares estão ganhando.

"É bom mesmo que o povo questione se a democracia vale mesmo a pena, porque a democracia tem esse preço. Deputados e senadores ganhando bem, com imóveis de graça, carro, combustível, tudo isso. Agora, você sabe qual é o preço da democracia. Se o povo quer a volta da ditadura, tudo bem. Por mim não tem problema, porque eu possuo uma empresa e vol-

to a trabalhar nela. Aliás, eu ganho mais lá do que aqui. O preço da ditadura é uma dívida externa de 120 bilhões de dólares e outra interna, de 80 bilhões de dólares. Foi isso que a ditadura nos deixou", disse Tito.

A entrevista do senador foi ao vivo e causou até um congestionamento nos troncos de telefones da emissora: milhares de ouvintes telefonavam ao mesmo tempo, querendo fazer a ele perguntas sobre o que faria se ganhasse NCz\$ 90 por mês. Mas a maioria pretendia mesmo era ofendê-lo.

Os seguidos aumentos nos salários dos deputados provocou ontem a crítica de Ulysses Guimarães, candidato do PMDB à sucessão. "Quando eu era presidente da Câmara, proibi que fossem pagos aumentos como esse", disse, referindo-se ao pagamento aos parlamentares do reajuste concedido ao funcionalismo no início do ano. "O salário do parlamentar deve estar compatibilizado com a situação em que o País está", concluiu Ulysses.